

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: A Cúrcia

Class.: 568

Data: 12.03.91

Pg.: _____

Ticunas querem pressa no júri sobre matança

Às vésperas de completar três anos do massacre dos 14 índios ticunas, numa área do rio Capacete no Alto Solimões, município de Benjamin Constant, uma comissão composta de 14 caciques de cada uma das comunidades indígenas dessa tribo, e que habitam os municípios de Tabatinga, S. Paulo de Olivença, Amaturá e Santo Antonio do Içá esteve em visita na sexta-feira última ao chefe do poder Judiciário, Desembargador Alcemir Figliuolo, presidente do TJA, em exercício, para pedir maior agilização no julgamento dos implicados na chacina, cujo processo vem se arrastando há tempos, sem que os verdadeiros mandantes sejam levados às barras da Justiça.

Acompanhados do vereador João Pedro, do PC do B, que está sempre dando total apoio à questão indígena no Estado do Amazonas e do presidente da Coiab — Conselho das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, Manoel Moura, os caciques foram muito bem recebidos pelo presidente do Tribunal, que após ouvir todas as reivindicações dos silvícolas, prometeu convocar o juiz titular da Comarca de Benjamin Constant, Dr. Luiz Henrique Brás, para prestar esclarecimentos, arrolando inclusive os autos para melhor exames na capital.

Mandante está solto — Segundo o secretário do Conselho-Geral das Tribos Ticunas, Pedro Mendes Gabriel, o medo dos indígenas é que o caso caia no esquecimento. O mandante do crime continua solto. Oscar de Almeida C. Branco, que teria ordenado a chacina está tendo uma vida normal, enquanto o processo não consegue andar em virtude de seus advogados não



Índios ticunas com o desembargador

comparecerem às audiências. Para não acontecer como das outras vezes em que os índios foram dizimados, é que os ticunas estão visitando as autoridades judiciárias do Estado. A matança do dia 28.03.88 está bem viva na mente dos povos indígenas do Alto Solimões, para o 2º Cacique-Geral da tribo dos Ticunas, Aureliano Gabriel, o que aumenta o desejo de Justiça.

Como defensor da causa dos índios da Amazônia, o vereador João Pedro saiu do gabinete da Presidência do Tribunal confiante numa solução rápida por parte do Desembargador Alcemir. "Foi exitoso o encontro com o presidente do tribunal e espero que este crime seja logo levado à julgamento para que os culpados sejam punidos. O desembargador Alcemir Figliuolo se mostrou sensível e faço votos que após esta visita haja o julgamento dos criminosos em Benjamin Constant".

Ao final da reunião os 14 caciques das comunidades indígenas posaram para uma foto em frente ao prédio do Palácio da Justiça, para simbolizar a luta e o movimento que vêm fazendo ao longo de vários meses, a fim de trazer os mandantes até os bancos dos réus, para assim ver reparada a chacina.